

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.560.050 - SP (2019/0232720-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
AGRAVANTE : **SUPER SUSHI LTDA**
ADVOGADOS : **WALDIR DE ARRUDA MIRANDA CARNEIRO - SP092158**
 FLÁVIO JOÃO NESRALLAH - SP124543
 VAINE JOSÉ CORDOVA JUNIOR - SP314056
AGRAVADO : **TEMAKERIA NACIONAL LTDA**
AGRAVADO : **GUSTAVO BRAMBILLA BAGGIO**
AGRAVADO : **NILSON ARRAIS NETO**
ADVOGADOS : **JOSE MANOEL DE ARRUDA ALVIM NETTO - SP012363**
 EDUARDO PELLEGRINI DE ARRUDA ALVIM - SP118685
 FERNANDO CRESPO QUEIROZ NEVES - SP138094
 PATRÍCIA DE OLIVEIRA BOASKI - SP125390
 GRAZIELA PAIS FURLANETO MERMEJO - SP318299

DECISÃO

Cuida-se de agravo (art. 1042 do CPC/2015), interposto por **SUPER SUSHI LTDA**, em face de decisão que não admitiu recurso especial (fls. 1002/1003, e-STJ).

O apelo nobre, com fundamento no artigo 105, III, alínea "a", da Constituição Federal, desafiou acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 1046, e-STJ, e-STJ):

Franquia – Ação de rescisão contratual c.c. Indenização – Ajuizamento pelos franqueados - Procedência em parte da ação e improcedência da reconvenção – Inconformismo da ré – Não acolhimento – Ausência de nulidade - Sentença devidamente fundamentada - Infringência da cláusula que garantia exclusividade aos franqueados de atuação na cidade por 5 anos – Existência de cláusula prevendo a abertura de nova loja com direito de preferência aos autores que não escusa a franqueadora da observância da exclusividade durante o interregno pactuado – Interpretação lógica das disposições contratuais – Conjunto probatório que confirma a tese dos autores de que houve suspensão verbal da exigibilidade das royalties – Não reconhecimento da inadimplência dos autores quanto a tais pagamentos – Documentos que instruem os autos que não configura quebra de sigilo – Segredo de justiça que sequer foi deferido - Sentença mantida – Recurso desprovido

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões do recurso especial (fls. 1058/1072, e-STJ) a recorrente apontou afronta aos artigos 2º e 3º, inciso X, alínea *a*, da Lei 8.955/1994 e artigo 472 do Código Civil. Argumentou que conforme previsão na Lei das Franquias, esta pode ser exclusiva ou semi-exclusiva e que o recorrido tinha direito de preferência, mas não a exclusividade. Sustentou que houve ofensa ao artigo 472 do Código Civil, destacando que o contrato se desfaz pela mesma forma exigida no contrato e que o acórdão entendeu que o pagamento

dos *royalties*, previsto no contrato escrito, poderia ser modificado mediante simples acordo verbal.

Foram apresentadas contrarrazões às fls.1076/1101, STJ.

Em juízo provisório de admissibilidade (fls. 1102/1103, e-STJ), negou-se seguimento ao reclamo pela incidência da Súmula 7/STJ.

Daí o agravo (fls. 51109/1120, e-STJ), que busca destrancar o processamento daquela insurgência.

Contraminuta às fls. 1129/1142, e-STJ.

É o relatório.

Decide-se.

1. A recorrente apontou afronta aos artigos 2º e 3º, inciso X, alínea *a*, da Lei 8.955/1994 e artigo 472 do Código Civil. Argumentou que conforme previsão na Lei das Franquias, esta pode ser exclusiva ou semi-exclusiva e que o recorrido tinha direito de preferência desde que cumpridos determinados requisitos, mas não somente o direito de exclusividade.

Após análise do instrumento contratual e com amparo no acervo fático-probatório constante dos autos, a Corte Estadual concluiu, que a cláusula da exclusividade não tinha lógica, porquanto ao mesmo tempo que a concedia, deixava a critério da franqueadora a possibilidade de burlar esta exclusividade. Deste modo, entendeu que a franqueadora desrespeitou os termos contratuais, ainda que uma segunda loja tenha sido oferecida aos recorridos.

Veja-se excerto do acórdão (fls. 1050/1051, e-STJ):

Ainda que não se possa concluir de imediato, tal como fez o Juízo de origem, que a cláusula 3.5 é potestativa e, portanto, nula, a interpretação que a ré pretende dar ao conjunto das duas cláusulas não se reveste de lógica.

Isso porque não há como se pactuar a exclusividade de exploração da marca dentro do território delimitado (cláusula 3.4) e, ao mesmo tempo, deixar ao critério da empresa franqueadora a possibilidade de burlar a exclusividade, a depender de seus “estudos”.

Assim é que a única interpretação possível, que permite a preservação da higidez da cláusula 3.5 é a que garante o direito de exclusividade aos franqueados durante 5 anos, conforme expresso na cláusula 3.4 e, passado tal interregno, passa a vigorar o disposto na cláusula subsequente.

Nessa linha, a comprovada abertura de outra loja no mesmo território concedido aos apelados configura claro desrespeito aos termos do contrato, que não se escusa pelos argumentos trazidos pela apelante.

Com efeito, o fato de ter sido a segunda loja oferecida aos apelados antes de firmado o contrato com terceiros não isenta a empresa do cumprimento da exclusividade pactuada, que, como já explicitado, antecede ao próprio nascimento do direito de preferência.

Sendo assim, para acolhimento do apelo extremo no sentido pretendido pelo recorrido, seria imprescindível derruir a afirmação contida no *decisum* atacado, o que, forçosamente, ensejaria em rediscussão de matéria fática e das cláusulas contratuais, incidindo, na espécie, o óbice das Súmulas 5 e 7 deste Superior Tribunal de Justiça, sendo manifesto o descabimento do recurso especial.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS. RESCISÃO CONTRATUAL. CONTRATO DE ADESÃO. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA. ANUÊNCIA EXPRESSA PARA TAL FINALIDADE. ART. 4º, § 2º, DA LEI 9.307/96. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. INVIABILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Os contratos de adesão, mesmo aqueles que não apresentam relação de consumo, devem observar o que prescreve o art. 4º, § 2º, da Lei 9.307/96, que dispõe que, nos contratos de adesão, a cláusula compromissória só terá eficácia se o aderente tomar a iniciativa de instituir a arbitragem ou concordar, expressamente, com a sua instituição, desde que por escrito em documento anexo ou em negrito, com a assinatura ou visto especialmente para essa cláusula. 2. No caso dos autos, o Tribunal de origem reconheceu tratar-se de contrato de adesão, a exigir a presença dos requisitos do art. 4º, § 2º, da Lei 9.307/96, no caso, não atendidos. A alteração de tal conclusão demandaria o reexame das provas acostadas aos autos e a interpretação de cláusulas contratuais, providência vedada em sede de recurso especial, nos termos das Súmulas 5 e 7 do STJ.

3. Agravo interno não provido.

(AgInt no AgInt no AREsp 1029480/SP, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 06/06/2017, DJe 20/06/2017)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONTRATO DE FRANQUIA. RESCISÃO CONTRATUAL. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULAS CONTRATUAIS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULAS 5 E 7/STJ. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. SÚMULA 7/STJ. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO.

1.- Para infirmar os fundamentos do Acórdão recorrido no sentido de que houve infração contratual pela ora embargante pessoa jurídica ao encerrar suas atividades antes do prazo contratual e que a resolução do contrato se deu em razão de fato imputável à franqueada e acolher a tese sustentada pelos ora Agravantes seria necessário realizar a interpretação de cláusulas contratuais e o reexame de provas, o que é vedado nesta instância, a teor das Súmulas 5 e 7 desta Corte.

2.- O Tribunal *a quo* concluído que ocorreu litigância de má-fé, esse entendimento não pode ser superado, por depender do reexame do quadro fático-probatório.

3.- O agravo não trouxe nenhum argumento novo capaz de modificar o decidido, que se mantém por seus próprios fundamentos.

4.- Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp 81.425/SP, Rel. Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/08/2013, DJe 05/09/2013)

2. Não se conhece da alegada contrariedade ao artigo 472 do Código Civil, por não ter sido objeto de debate pela Corte de origem.

Nos termos da jurisprudência deste Tribunal Superior, "*Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre as teses jurídicas em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.*" (AgRg no AREsp 519.518/RS, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 03/05/2018, DJe 25/05/2018).

Ademais, não foram opostos embargos a fim de sanar eventual omissão da aplicação deste dispositivo. Assim, ausente o prequestionamento acerca da tese, aplica-se o óbice contido na Súmula 282/STF.

Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. SÚMULA 182/STJ. NÃO INCIDÊNCIA. ADEQUADA IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O RECURSO ESPECIAL. DECISÃO AGRAVADA RECONSIDERADA. AGRAVO INTERNO PROVIDO PARA PERMITIR O EXAME DO RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO DO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JULGADA IMPROCEDENTE. LEVANTAMENTO DE VALORES INDEFERIDO PELO MAGISTRADO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282 E 356/STF. AGRAVO INTERNO PROVIDO. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

1. Não incide o óbice da Súmula 182/STJ no caso, tendo em vista que, conforme demonstrado, foram impugnados, nas razões do agravo em recurso especial, todos os fundamentos da decisão que negara seguimento ao recurso especial. Agravo em recurso especial conhecido, para que se prossiga no exame do recurso.

2. O conteúdo normativo dos dispositivos invocados no apelo nobre não foi apreciado pelo Tribunal a quo, tampouco foram opostos embargos declaratórios para sanar eventual omissão. Ausente, portanto, o indispensável prequestionamento (Súmulas 282 e 356/STF).

3. Agravo interno provido para reconsiderar a decisão agravada e, em novo julgamento, conhecer do agravo para não conhecer do recurso especial.

(AgInt no AREsp 875.435/RS, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 22/10/2018)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. ERRO MATERIAL. EXISTÊNCIA. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA ANULAR O ACÓRDÃO QUE RECONHECEU A INTEMPESTIVIDADE DO REGIMENTAL E NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO POR OUTROS FUNDAMENTOS.

1. Esta egrégia Corte Superior já proclamou que os embargos de declaração constituem a via adequada para sanar omissões, contradições, obscuridades ou erros materiais do decisório embargado, admitida a atribuição de efeitos infringentes apenas quando esses vícios sejam de tal monta que a sua correção necessariamente infirme as premissas do julgado, como no caso

dos autos.

2. Do reexame do acórdão embargado, verifica-se que a intempestividade do recurso interposto foi analisada sem observância à Lei n. 11.419/2006, de modo que, de fato, o recurso apresentado estava tempestivo.

3. A jurisprudência deste Tribunal Superior é firme no sentido de que o mero descontentamento da parte com o resultado do julgamento não autoriza a oposição de embargos de declaração, tanto mais por não servirem os declaratórios, em regra, ao propósito de rediscussão de matéria já decidida.

4. Se o conteúdo normativo contido nos dispositivos apresentados como violados não foi objeto de debate pelo Tribunal de origem, evidencia-se a ausência do prequestionamento, pressuposto específico do recurso especial. Incidem, na espécie, os rigores das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

5. O Tribunal de Justiça delineou a controvérsia com apoio nos elementos de fatos e provas coligidos aos autos. Nesse contexto, a revisão do julgado esbarra no óbice da Súmula n. 7 do STJ.

6. A falta de impugnação de argumento suficiente para manter, por si só, o acórdão recorrido, a argumentação dissociada bem como a ausência de demonstração da suposta violação à legislação federal impedem o conhecimento do recurso, na esteira dos enunciados n. 283 e 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

7. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos infringentes, para anular o acórdão embargado que reconheceu a intempestividade do regimental e negar provimento ao recurso por outros fundamentos.

(EDcl no AgRg nos EDcl no AREsp 715.711/DF, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 15/05/2018, DJe 24/05/2018)

3. Ainda a respeito dos *royalties*, da leitura do acórdão recorrido, extrai-se que a Corte Estadual concluiu que “a postura da apelante, durante o tempo em que vigorou o contrato, não se coaduna com a de credor de obrigação inadimplida”. Ocorre que tal fundamento não foi devidamente impugnado. Assim, a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter o acórdão recorrido, atrai a incidência do teor da Súmula 283/STF. Precedentes:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PENHORA. LEVANTAMENTO INTEGRAL DE VALORES. SÚMULAS 7 DO STJ E 283 DO STF. HABILITAÇÃO RETARDATÁRIA. FACULDADE. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. "O fato de haver penhora anterior ao pedido de recuperação judicial, em nada afeta a competência do Juízo Universal para deliberar acerca da destinação do patrimônio da empresa suscitante, em obediência ao princípio da preservação da empresa" (AgInt no CC 152.153/MG, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Segunda Seção, julgado em 13/12/2017, DJe 15/12/2017) 2. O exame da pretensão recursal de reforma do v. acórdão recorrido exigiria a alteração das premissas fático-probatórias estabelecidas pelo acórdão, o que é vedado em sede de recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

3. A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula nº 283/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

4. Quanto à alegação de que o credor possui faculdade de realizar a habilitação retardatária, o entendimento da Corte local está no mesmo sentido da pretensão da parte agravante, carecendo de interesse recursal no ponto.

5. O dissídio jurisprudencial não foi devidamente demonstrado, à míngua do indispensável cotejo analítico.

6. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no AREsp 1518455/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 05/11/2019, DJe 12/11/2019)

PROCESSO CIVIL. AGRAVO INTERNO EM RECURSO ESPECIAL. ALIENAÇÃO DE IMÓVEL. EMBARGOS DE TERCEIRO. ILEGITIMIDADE. FIRMADO NO JULGADO O DESPEJO DA RECORRENTE, AFASTANDO SUA POSSE DIRETA. FUNDAMENTO INATAcado. SÚMULA 283/STF. DEFICIÊNCIA RECURSAL. SÚMULA 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE, MESMO EM SE TRATANDO DE MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. DISSÍDIO INTERPRETATIVO. NÃO DEMONSTRAÇÃO NOS TERMOS REGIMENTAIS. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO. PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE, MESMO EM SE TRATANDO DE MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. DISSÍDIO INTERPRETATIVO. NÃO DEMONSTRAÇÃO NOS TERMOS REGIMENTAIS. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. Na inicial do apelo especial, não foi questionada a inexistência de posse direta do imóvel, o que afastaria a legitimidade da parte para a apresentação dos embargos de terceiro. Fundamento inatacado, suficiente para manter o julgado. Incidência da Súmula 283/STF.

2. É inadmissível o inconformismo por deficiência na sua fundamentação quando as razões do recurso estão dissociadas do decidido no acórdão recorrido. Aplicação da Súmula 284/STF.

3. Os arts. 109 da CF; e 87 e 113, § 2º, c/c o art. 125, I e III, do CPC/1973 não foram prequestionados no julgado recorrido, nem sequer implicitamente, e a recorrente, a despeito da oposição dos embargos declaratórios, não alegou violação do art. 535 do CPC/1973 no recurso especial. Desse modo, aplica-se à hipótese dos autos as Súmulas 282 e 356 do STF.

4. Quanto ao dissídio jurisprudencial, verifica-se que a alegação não foi devidamente fundamentada. Inexiste no recurso especial o adequado cotejo analítico nos termos regimentais, com a demonstração da similitude fática entre acórdãos que tenham se debruçado sobre o mesmo dispositivo de lei federal. Há apenas mera indicação de julgados que seriam divergentes, o que torna inviável o conhecimento do recurso com base na alínea c do permissivo constitucional.

5. Agravo interno desprovido.

(AgInt no REsp 1625144/SP, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 23/09/2019, DJe 27/09/2019)

Superior Tribunal de Justiça

4. Do exposto, com amparo no artigo 932 do NCPC c/c a súmula 568/STJ, nega-se provimento ao reclamo.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator